Rogério Haesbaert

O Mito da Desterritorialização

Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade

3ª edição revista

DO MILÊNIO - CNPq

Costa, Rogério Haesbaert da
O mito da desterritorialização: do "fim dos
Monografia

SBD-FFLCH-USP
3 9 6 5 2 9

BERTRAND BRASIL

Sumário

Prólogo 13

1. Introdução 19
    1.1. As Ciências Sociais redescobrem o território para falar do seu desaparecimento 26

2. Definindo Território para Entender a Desterritorialização 35
    2.1. A amplitude do conceito 37
    2.2. Território nas perspectivas materialistas 42
        2.2.1. As concepções naturalistas 44
        2.2.2. A concepção de base econômica 55
        2.2.3. A tradição jurídico-política de território 62
    2.3. Território nas perspectivas idealistas 69
    2.4. Território numa perspectiva integradora 74
    2.5. A visão relacional de território em Sack e Raffestin 80

3. Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari 99
    3.1. Conceitos para a Geografia? 101
    3.2. As multiplicidades, o rizoma e as segmentaridades 112
    3.3. O conceito de território e seus componentes 118
    3.4. Desterritorialização e reterritorialização: a criação e a destruição de territórios 127
    3.5. A desterritorialização relativa ou a desterritorialização do *socius* 133

4. Pós-modernidade, "Desencaixe", Compressão Espaço-tempo e Geometrias do Poder 143
    4.1. O desencaixe espaço-temporal 156
    4.2. Compressão tempo-espaço 160
    4.3. Geometrias de poder e diferentes formas espaciais 165

5. Múltiplas Dimensões da Desterritorialização 171
    5.1. A desterritorialização numa perspectiva econômica 172
    5.2. A desterritorialização numa perspectiva política 194
    5.3. A desterritorialização numa perspectiva cultural 214

6. Desterritorialização e Mobilidade 235
    6.1. Mobilidade humana e desterritorialização 237
    6.2. Desterritorialização na i-mobilidade 251
    6.3. Sociedade de controle, ciberespaço e desterritorialização 264

7. Territórios, Redes e Aglomerados de Exclusão 279
    7.1. Territórios, redes e territórios-rede 279
    7.2. Desterritorialização e aglomerados de exclusão 311

8. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade 337

9. Desterritorialização como Mito 363

Bibliografia 373

Índice 391

2

Definindo Território para entender a Desterritorialização[1]

Afinal, de que território estamos falando quando nos referimos a "desterritorialização"? Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial — e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais — o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas — o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização. Assim, podemos perceber a enorme polissemia que acompanha a sua utilização entre os diversos autores que a discutem. Como já enfatizamos, muitos sequer deixam explícita a noção de território com que estão

---

[1] Algumas partes deste capítulo tomam por referência o artigo de mesmo título publicado na coletânea "Território, Territórios" (Haesbaert, 2002a)

lidando, cabendo a nós deduzi-la. Daí a importância de esclarecermos, de início, as principais linhas teórico-conceituais em que a expressão é ou pode ser utilizada, sem em hipótese alguma pretender impor a conceituação à problemática, mas mostrando sempre a diferenciação e transformação dos conceitos em função das questões priorizadas.

Apesar de uma relativa negligência das Ciências Sociais com relação ao debate sobre o espaço e, mais especificamente, sobre a territorialidade humana[2], pelo menos desde a década de 1960 a polêmica sobre a conceituação de território e territorialidade vem se colocando. Já em 1967, Lyman e Scott, num instigante artigo, faziam um balanço sociológico da noção de territorialidade, considerada, sintomaticamente, "uma dimensão sociológica negligenciada". Fica evidente através deste texto não apenas a pouca consideração da Sociologia para com a dimensão espacial/territorial, mas, sobretudo, a falta de diálogo entre as diversas áreas das Ciências Sociais. A Geografia, por exemplo, a quem deveria caber o papel principal, estava completamente ausente daquele debate.

Se não levarmos em conta os trabalhos mais pontuais de Jean Gottman (1952, 1973, 1975), podemos considerar a primeira grande obra escrita especificamente sobre o tema do território e da territorialidade na Geografia o livro *Territorialidade Humana*, de Torsten Malmberg (1980, escrito originalmente em 1976), obra de referência, mas cuja fundamentação teórica behaviorista foi motivo de fortes críticas. Embora ele tenha estabelecido as bases de um diálogo mais freqüente com outras áreas, este foi muito mais o de refutação, já que a base do conceito envolve uma associação demasiado estreita entre territorialidade humana e territorialidade animal, na esteira da polêmica tese do "imperativo territorial" biológico de Robert Ardrey (Ardrey, 1969[1967]).

[2] "Territorialidade" aparece na Bibliografia ora assinalando o pressuposto geral para a formação de territórios (concretamente constituídos ou não), ora privilegiando sua dimensão simbólico-identitária.

Além das perspectivas externas às Ciências Humanas, especialmente aquelas ligadas à Etologia, de onde surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre territorialidade, a Antropologia, a Ciência Política e a História (com incursões menores também na Psicologia) são os outros campos em que, ao lado da Geografia e da Sociologia, encontramos o debate conceitual, o que demonstra sua enorme amplitude e, ao mesmo tempo, reforça nossa percepção da precariedade do diálogo interdisciplinar, que é por onde tentaremos, sempre que possível, levar as nossas reflexões.

2.1. A amplitude do conceito

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana[3], têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva"); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

[3] Alguns autores distinguem "espaço" como categoria geral de análise e "território" como conceito. Segundo Moraes (2000), por exemplo, "do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território" (p. 17).

Uma idéia nítida da amplitude com que o conceito de território vem sendo trabalhado em nossos dias pode ser dada a partir desta leitura, que vai da perspectiva etológica (ou seja, ligada ao comportamento animal) à psicológica:

Um "território" no sentido etológico é entendido como o ambiente [environment] *de um grupo (...) que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização. Exatamente do mesmo modo o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos) pode ser visto como um "território", no sentido psicológico, no qual a pessoa age ou ao qual recorre.*

Neste sentido já existem processos de desterritorialização e reterritorialização em andamento — como processos de tal território (psicológico) —, que designam o status do relacionamento interno ao grupo ou a um indivíduo psicológico (Gunzel, s/d).

Partindo da Etologia, onde subvaloriza as bases materiais, objetivas, da constituição do território, o autor propõe a construção de um território a nível psicológico. É interessante observar que ele reconhece o caráter metafórico da noção ao utilizá-la entre aspas, embora, como veremos no próximo capítulo, não seja exatamente como metáfora que Gilles Deleuze e Felix Guattari tratam o território, especialmente em *O que É a Filosofia?* (Deleuze e Guattari, 1991).

Estes autores referem-se a uma noção ainda mais ampla de território, como um dos conceitos-chave da Filosofia, em dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico e de escalas que vão desde um galho de árvore "desterritorializado" até as "reterritorializações absolutas do pensamento" (1991:66). Dizem eles:

Já nos animais, sabemos da importância das atividades que consistem em formar territórios, *em abandoná-los ou em sair deles, e mesmo em refazer território sobre algo de uma outra natureza (o etólogo diz que o parceiro ou o amigo de um animal "equivale a um lar", ou que a família é um "território móvel"). Com mais forte razão, o hominídeo, desde seu registro de nascimento, desterritorializa sua pata anterior, ele a arranca da terra para fazer dela uma mão, e a reterritorializa sobre galhos e utensílios. Um bastão, por sua vez, é um galho desterritorializado. É necessário ver como cada um, em qualquer idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho* (1991:66).

Mas não pensemos que esta polissemia acaba quando adentramos a seara da Geografia. Ela é bem visível no verbete do dicionário *Les mots de la Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros (1993:480-481). Ele reúne nada menos do que seis definições para território[4]. Uma delas se refere à "malha de gestão do espaço", de apropriação ainda não plenamente realizada; outra fala de "espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação"; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo "jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva", aludindo ainda a um caráter inato ou "natural" da territorialidade humana; por fim, um sentido figurado, metafórico, e um sentido "fraco", como sinônimo de espaço qualquer. Uma outra definição é a que evoca a distinção entre rede, linear, e território, "areal" (de área), na verdade duas faces de um

[4] Em obra mais recente, de mesma natureza, Jacques Lévy (Lévy e Lussault, 2003) identifica um número ainda maior: nove definições, incluindo sua própria, correspondente a "um espaço de métrica topográfica", contínua, frente aos espaços de métrica topológica ou das redes, e que será objeto de discussão no Capítulo 7, ao tratarmos da relação entre território e rede.

mesmo todo, pois o espaço geográfico é sempre areal ou zonal e linear ou reticular, o território sendo feito de "lugares, que são interligados" (p. 481).

Em nossa síntese das várias noções de território (Haesbaert, 1995 e 1997; Haesbaert e Limonad, 1999), agrupamos estas concepções em três vertentes básicas:

— política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado.

— cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

— econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento "natural" dos homens em relação ao seu ambiente físico. Brunet *et al.* (1992) lembram a acepção de território utilizada para o mundo animal em seu "equilíbrio" entre o grupo e os recursos do meio. Como veremos logo adiante, ela acabou muitas vezes sendo ampliada para o âmbito social (especialmente através dos debates gerados pela já citada obra de Robert Ardrey), discutindo-se a

parcela que cabe "ao inato e ao adquirido, ao natural e ao cultural, na noção de territorialidade humana" (p. 481).

Embora reconheçamos a importância da distinção entre as quatro dimensões com que usualmente o território é focalizado — a política, a cultural, a econômica e a "natural", é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem. Assim, optamos por adotar aqui um conjunto de perspectivas teóricas, retomando um artigo recente (Haesbaert, 2002a) onde discutimos a conceituação de território segundo:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural", a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva "integradora" de território, na resposta a problemáticas que, "condensadas" através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

Fica evidente que a resposta a estes referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Assim, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, poderá defender uma noção de território que: i) privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico; ii) aparece contextualizada historicamente; e iii) define-se a partir das relações sociais

nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional.

No entanto, devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos, por exemplo, os que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o "imaginário geográfico" que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

2.2. Território nas perspectivas materialistas

Se encararmos território como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não um simples instrumento de análise, no sentido epistemológico, como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador, tradicionalmente temos duas possibilidades, veiculadas por aqueles que priorizam seu caráter de realidade físico-material ou realidade "ideal", no sentido de mundo das idéias. Para muitos, pode parecer um contra-senso falar em "concepção idealista de território", tamanha a carga de materialidade que parece estar "naturalmente" incorporada, mas, como veremos, mesmo entre geógrafos, encontramos também aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela "consciência" ou pelo "valor" territorial, no sentido simbólico.

Dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente "determinada" pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra.

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (no *Digeste*, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Di Méo comenta que o *jus terrendi* se confundia com o "direito de aterrorizar" (*terrifier*, em francês).

Recorrendo ao *Dictionnaire Étimologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet (1967[1932]:687-688), e ao *Oxford Latin Dictionary* (1968:1929), percebe-se a grande proximidade etimológica existente entre *terra-territorium* e *terreo-territor* (aterrorizar, aquele que aterroriza). Segundo o *Dictionnaire Étimologique, territo* estaria ligado à "etimologia popular que mescla 'terra' e 'terreo'" (p. 688), domínio da terra e terror. *Territorium*, no *Digesta* do imperador Justiniano (50, 16, 239), é definido como *universitas agrorum intra fines cujusque civitatis* ("toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição").

O *Dicionário de Inglês Oxford* apresenta como duvidosa esta origem etimológica latina a partir do termo *terra* (que teria sido alterado popularmente para *terratorium*[5]) ou *terrere* (assustar, alterado para *territorium* via *territor*, como apontado acima). Roby (1881), em sua *Gramática da Língua Latina*, citado pelo *Dicionário Oxford*, também coloca um ponto de interrogação junto ao termo que teria dado origem à palavra *territorium*, "*terrere, i.e.*, a place from which people are warned off" (p. 363) — lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar.

De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar esta analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um, predominante, dizendo res-

[5] Segundo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Machado, 1977), a palavra "território" era utilizada com a grafia *terratorium* nos *Documentos Gallegos de los siglos XIII al XVI* (1422).

peito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o "território" inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam). Para nossa surpresa, até mesmo um dos conceitos mais respeitados hoje em dia, aquele concebido por Robert Sack (1986), de território como área de acesso controlado, está claramente presente na acepção comentada por Henry Roby.

Entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições "naturalistas", que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, encontramos, totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que, como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as "relações de produção", como o fundamento para compreender a organização do território. Num ponto intermediário, teríamos, por exemplo, a leitura do território como fonte de recursos. Destacaremos aqui, na forma de três itens distintos, as concepções que denominaremos de naturalista, econômica e política de território, mesmo sabendo que se tratam de divisões arbitrárias e que em alguns momentos, especialmente no caso da chamada concepção política, também dialogam diretamente com o campo simbólico.

2.2.1. As concepções naturalistas

Aqui, trata-se de discutir em que medida é possível conceber uma definição naturalista de território, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais (o território restringido ao mundo animal ou entendido dentro de um comportamento "natural" dos homens), seja na relação da sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica — ou mesmo o "poder" — natural do mundo).

Segundo Di Méo, a concepção mais primitiva de território é a de um "espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger" (1998:42). Para a Etologia,

> *o território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou freqüente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual)* (Di Méo, 1998:42).

Os estudos referentes à territorialidade animal são relativamente antigos no âmbito da Etologia. Trabalhos clássicos como o de Howard (1948, original: 1920) lançaram o debate a partir do estudo do território de certos pássaros. Já nessa ocasião se discutia a amplitude da concepção e as dificuldades de estendê-la, de uma forma padrão, para o mundo animal no seu conjunto. Entretanto, mesmo com esta dificuldade de generalização para o próprio mundo dos animais, muitas foram as extrapolações feitas para o campo humano ou social. O próprio Howard afirmava que não poderiam existir territórios sem algum tipo de limite (ou fronteira), que por sua vez não poderia existir sem algum tipo de disputa, de forma análoga ao que ocorre no mundo dos homens.

O autor que levou mais longe esta tese da extensão da territorialidade animal ao comportamento humano foi Robert Ardrey, referência clássica no que tange à leitura neodarwinista de territorialidade, afirmando que não só o homem é uma "espécie territorial", como este comportamento territorial corresponde ao mesmo que é percebido entre os animais. Ardrey (1969[1967]:10) define território como sendo:

> *(...) uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva. A palavra é também utilizada para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço* (p. 15).

Ao expandir a noção a todos "os seres animados", entre os quais se encontra o homem, Ardrey promove a argumentação completamente equivocada de que os homens, como os animais, possuem uma "compulsão íntima" ou um impulso para a posse e defesa de territórios, e de que todo seu comportamento seria moldado de forma idêntica:

Agimos da forma que agimos por razões do nosso passado evolutivo, não por nosso presente cultural, e nosso comportamento é tanto uma marca de nossa espécie quanto o é a forma do osso de nossa coxa ou a configuração dos nervos numa área do cérebro humano. (...) se defendemos o título de nossa terra ou a soberania de nosso país, fazemo-lo por razões não menos inatas, não menos inextirpáveis que as que fazem com que a cerca do proprietário aja por um motivo indistinguível daquele do seu dono quando a cerca foi construída. A natureza territorial do homem é genética e inextirpável (p. 132).

Segundo Taylor (1988), apesar de muitos considerarem as teses de Ardrey completamente superadas, adeptos da sua principal tese — "a de que a territorialidade se aplica a comportamentos em escalas muito diferentes, desde interações entre dois povos até choques entre nações, e a de que a territorialidade é um instinto básico — têm surgido, mesmo recentemente, entre escritores credenciados" (p. 45). O trabalho do geógrafo sueco T. Malmberg, *Territorialidade Humana*, publicado em 1980 (mas escrito em 1976), seria um dos melhores exemplos. Malmberg propôs a seguinte definição:

Territorialidade comportamental humana é principalmente um fenômeno de ecologia etológica com um núcleo instintivo, manifestada enquanto espaços mais ou menos exclusivos, aos quais indivíduos ou grupos de seres humanos estão ligados emocionalmente e que, pela possível evitação de outros, são distinguidos por meio de limites, marcas ou outros tipos de estruturação com manifestações de adesão, movimentos ou agressividade (pp. 10-11).

Mas ele ressalva que, ao contrário de leituras como a do etologista Konrad Lorenz, o aspecto cotidiano do território é mais o de uso de recursos do que de defesa e agressão. Algumas semelhanças, entretanto, são, no mínimo, surpreendentes. Embora a tese de Konrad Lorenz (1963) sobre a associação ampla entre defesa do território e instinto de agressividade esteja hoje superada[6], algumas considerações deste autor merecem ser mencionadas. Por exemplo, é interessante perceber que entre os animais o território pode ser uma questão de controle não só do espaço, mas também do tempo. Comentando o trabalho de Leyhausen e Wolf, Lorenz afirma que:

A distribuição de animais de uma certa espécie sobre o biótopo disponível pode ser afetada não apenas por uma organização do espaço mas também por uma organização do tempo. Entre gatos domésticos que vivem livres em zona rural, muitos indivíduos podem fazer uso da mesma área de caça sem nunca entrar em conflito, pela sua utilização de acordo com um horário (...) (p. 27).

[6] Segundo Lorenz, "podemos afirmar com segurança que a função mais importante da agressão intra-específica é a distribuição uniforme dos animais de uma espécie particular sobre uma área habitável" (p. 30). Segundo Thorpe (1973:251), "Lorenz comete o erro de extrapolar fácil e acriticamente do comportamento dos vertebrados inferiores tais como peixes e muitos pássaros para o comportamento de animais superiores e até mesmo para o próprio homem. Lorenz considera a agressão como sendo espontânea e encontrando expressão, inevitavelmente, na violência, independentemente de estimulações externas". Waal (2001), embora também defenda a relação entre agressão animal e humana, afirma que hoje o pensamento sobre a temática é muito mais flexível, abandonando o conceito lorenziano, que vê a agressão como algo inevitável, e buscando "determinantes ambientais". "Nesta visão, a violência [animal e humana, pode-se deduzir] é uma opção, expressa somente sob condições ecológicas [sociais, no caso dos homens] especiais" (p. 47).

Mesmo entre animais "governados apenas pelo espaço" (como alguns mamíferos carnívoros), "a área de caça não deve ser imaginada como uma propriedade determinada por confins geográficos; ela é determinada pelo fato de que em cada indivíduo a preparação para lutar é maior no lugar mais familiar, isto é, no meio do seu território". Quanto mais afastado de seu "núcleo territorial de segurança", mais o animal evita a luta, a disputa, por se sentir mais inseguro (Lorenz, 1963:28).

Embora as analogias com o contexto social sejam sempre muito perigosas, citamos estes exemplos pelo simples fato de que, através deles, é possível reconhecer a não-exclusividade de algumas propriedades que muitos consideram prerrogativas da territorialidade humana. Mesmo que se trate de mera coincidência, sem nenhuma possibilidade de estabelecer correlações com o comportamento humano, estas características mostram que algumas de nossas constatações para a territorialidade humana não são privilégio da sociedade. A partir de vários estudos, clássicos ou mais recentes, sobre a territorialidade animal, é possível constatar que (n)o território animal:

— em termos temporais, pode ser cíclico ou temporário;
— no que se refere a suas fronteiras ou limites, pode ser gradual a partir de um núcleo central de domínio do grupo e possuir diversas formas de demarcação, com delimitações nem sempre claras ou rígidas[7];

[7] Segundo Kruuk (2002), algumas "fronteiras" são na verdade áreas em disputa constante, outras, bem definidas cercas ou caminhos. Para prevenir-se da violência em seus territórios, muitos animais, como os carnívoros, utilizam sistemas de sinalização muito diversificados, através de gestos ou marcas: "levantar a perna, arrastar o traseiro, esfregar as bochechas, arranhar o chão ou uma árvore... (...). Urina, fezes, glândulas anais... roçar contra objetos ou no chão, ou coçar-se" (p. 38). Para Lorenz (1966), os limites, mais do que marcados no solo, podem ser resultantes móveis de uma "balança de poder" (p. 29).

— a diversidade de comportamento territorial é a norma, existindo inclusive aqueles que os etologistas denominam "animais não-territoriais", no sentido de que "vagam mais ou menos de forma nômade, como, por exemplo, grandes ungulados, abelhas de chão e muitos outros" (Lorenz, 1963:31)[8].

Como já afirmamos, é difícil generalizar a respeito da territorialidade animal, pois ela "serve a diferentes funções em diferentes espécies e tem um grande número de desvantagens" (Huntingford, 1984:189). Daí a importância em se analisar a contextualização de cada comportamento territorial. Entre os "benefícios" mais gerais da territorialidade animal, temos, variando muito conforme a espécie:

— a base de recursos que ela oferece para a sobrevivência dos animais ("territórios alimentares");
— as facilidades que proporciona para o acasalamento e a reprodução (alguns animais só definem territórios durante a época de reprodução, "territórios de acasalamento");
— a proteção dos filhotes durante o crescimento, evitando predadores.

Além de uma espécie de jogo custo-benefício que a territorialidade proporciona através desse sentido funcional, haveria também, para alguns autores, como Deleuze e Guattari, uma outra dimensão, a da "expressividade". Trata-se provavelmente da característica mais surpreendente da territorialidade animal, ou melhor, de certos grupos animais específicos, como alguns pássaros e peixes — inusitada e polêmica, já que muitos a consideram a mais exclusivamente humana das características da territorialidade.

[8] Kruuk (2002), citando teses de Pemberton e Jones, comenta o caso de carnívoros que não possuem territorialidade definida, como alguns marsupiais da Tasmânia, que podem se organizar "perfeitamente bem num sistema não-territorial" (p. 36). Eles não patrulham nenhuma fronteira e muitas vezes têm um comportamento espacial totalmente caótico.

Segundo Deleuze e Guattari (2002), o território, antes de ser funcional, "possessivo", é "um resultado da arte", expressivo, dotado de qualidades de expressão. Esta expressividade estaria presente nos próprios animais, representada, por exemplo, na marca ou "pôster" de uma cor (no caso de alguns peixes) ou de um canto (no caso de alguns pássaros)[9]. "Arte bruta", para os autores, seria esta constituição ou liberação de matérias expressivas, o que faria com que a arte não fosse "um privilégio dos seres humanos" (p. 316). Concordar com Deleuze e Guattari poderia significar ampliar o rol de semelhanças entre as territorialidades animal e humana até um nível, provavelmente, muito problemático, onde poderíamos nos aproximar perigosamente das teses dos que defendem uma correspondência quase irrestrita entre o mundo animal e o humano.

Apesar de todas essas possibilidades de encontrar analogias, surpreendentemente as discussões dos geógrafos sobre território pouco ou nada abordam sobre a territorialidade animal. Isto é tanto mais surpreendente quando lembramos que um dos debates centrais imputados ao geógrafo é o da relação sociedade-natureza. Um campo bastante novo, entretanto, tem sido aberto, principalmente através do que alguns geógrafos anglo-saxões denominam "Geografias Animais", um debate sério sobre as formas de incorporação dos animais ao espaço social[10]. Os poucos geógrafos que ousaram fazer a ponte entre territorialidade humana e territorialidade animal caíram naquela interpretação, já aqui comentada, segundo a qual a territorialidade humana pode ser tratada como uma simples extensão do comportamento animal, num sentido neodarwinista.

Mas muitas vezes provém dos próprios biólogos o alerta para esse risco de pensar a nossa territorialidade da mesma forma que a territorialidade animal. Thorpe (1974), por exemplo, alerta para os

[9] Genosko (2002) afirma que, para Deleuze e Guattari, "o devir-expressivo de um componente tal como a coloração marca um território" (p. 49).

[10] Uma visão sintética dos avanços nesta temática pode ser obtida através do artigo *Animating Cultural Geography* (Wolch, Emel e Wilbert, 2003).

sérios danos que alguns pesquisadores (como Ardrey) provocaram (e continuam a provocar) "ao concluir que nossa própria territorialidade é de todos os modos comparável à dos animais" (p. 252). Pior do que isto, cita-se a origem dos homens entre os predadores para justificar um instinto não só agressivo, mas também de necessidade "biológica" de dominar um pedaço de terra.

Apesar de todas estas críticas, não se trata de teses que tenham sido definitivamente sepultadas — pelo contrário, a tendência é de que ganhem novo fôlego, especialmente a partir dos avanços no campo biogenético. Recentes descobertas no âmbito da Etologia e o crescimento de campos como o da Sociobiologia têm levado a considerações muito polêmicas e a um retorno da "armadilha biologicista".

Waal (2001) permite que percebamos claramente este risco ao comentar as duas formas de abordar a relação entre o homem e os outros animais, aquela que descarta todo tipo de comparação e que "ainda é lugar-comum" entre as Ciências Sociais, e aquela que, a partir da teoria darwinista, percebe "o comportamento humano como produto da evolução, sujeita, portanto, ao mesmo esquema explicativo do comportamento animal" (p. 4). Já percebemos que a distinção é relevante e que as duas proposições são criticáveis. A questão é que Waal vai longe demais ao optar pela segunda perspectiva, cuja respeitabilidade e ampliação, segundo ele, têm sido crescentes, principalmente em função dos avanços da teoria sobre o comportamento dos animais:

> *Compreensivelmente, acadêmicos que têm empenhado sua vida condenando a idéia de que a biologia influencia o comportamento humano são relutantes em mudar de rumo, mas eles estão sendo ultrapassados pelo público em geral, que parece ter aceitado que os genes estão envolvidos em quase tudo o que nós somos e fazemos* (p. 2) *(...) até mesmo as origens da política humana, do bem-estar e da moralidade estão sendo agora discutidas à luz da observação dos primatas* (Waal, 2001:4).

No lugar do comportamento, ou, mais especificamente, de instintos como a agressão, agora é a vez da genética em sentido amplo. O sério risco que corremos é, mais uma vez, o de atribuir tudo, ou o fundamento de tudo, ao campo biológico, natural. A tal ponto que a equação pode mesmo se inverter: se a "natureza natural" do homem não explica comportamentos como os que dizem respeito à nossa múltipla territorialidade, manipulações genéticas poderiam realizar o que esta biologia socialmente "não-manipulada" não conseguiu fazer, ou seja, dirigir o comportamento humano, inclusive na sua relação com o espaço.

As afirmações do antropólogo José Luis García, feitas ainda em 1976, sem dúvida mantêm sua atualidade:

> *(...) não sabemos, e dificilmente poderemos chegar a saber algum dia, até que ponto observações extraídas do comportamento animal podem ser aplicadas, ainda que analogicamente, ao homem. Faltam-nos dados objetivos sobre o significado real da conduta animal, sobretudo se nos introduzimos no mundo motivacional, e naturalmente o antropólogo, que experimentou em seus estudos transculturais o grave perigo do etnocentrismo, dificilmente pode se convencer de que salvará o incógnito espaço que separa a espécie animal da humana sem submergir, por sua vez, no antropocentrismo mais descarado. (...) Não queremos com isso desconsiderar os estudos do comportamento animal, mas simplesmente prevenir sobre a inadequada aplicação de suas conclusões ao mundo humano* (García, 1976:17-18).

Tomando a crítica pelo outro extremo, das abordagens que excluem completamente qualquer discussão sobre a relação sociedade-natureza e mergulham no antropocentrismo apontado por García, outra lição que parece ficar, diante de alguns fenômenos, como o dos conflitos pelo domínio de recursos (como o petróleo, as terras agricultáveis e, em alguns casos, ainda que de forma mais indireta, a própria água), é a de que, mais do que nunca, separar

natureza e sociedade, comportamento biológico e comportamento social, é, no mínimo, temerário.

Fugindo do tão criticado "determinismo ambiental" ou "geográfico", tornou-se muito comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação entre sociedade e natureza[11] na definição de espaço geográfico ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade.

Exagerando, poderíamos até mesmo discutir se não existiria também uma espécie de "desterritorialização natural" da sociedade, na medida em que fenômenos naturais como vulcanismos e terremotos são responsáveis por mudanças radicais na organização de muitos territórios. As recentes erupções de um vulcão no Congo, obrigando dezenas de milhares de pessoas a abandonar a cidade de Goma, e na ilha Stromboli, na Itália, estão entre os vários exemplos deste processo. Mesmo sabendo que os efeitos desta "desterritorialização" são muito variáveis de acordo com as condições sociais e tecnológicas das sociedades, não há dúvida de que temos aí uma outra "força", não-humana, interferindo na construção de nossos territórios.

Mesmo discordando do termo "desterritorialização", em sentido estrito, para caracterizar esses processos — pois, como acabamos de ver, seria absurdo considerar a existência de territórios "naturais", desvinculados de relações sociais — não podemos ignorar esse tipo de intervenção, pelo simples fato de que o homem, por mais que tenha desenvolvido seu aparato técnico de domínio das

[11] É importante lembrar que muitos autores consideram "natureza" em um sentido muito amplo, tornando-se assim, praticamente, sinônimo de "materialidade" ou de "experiência sensorial". Whitehead (1993[1920]), por exemplo, em seu livro *O Conceito de Natureza*, define-a como "aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos" (p. 7). Optamos aqui por uma interpretação mais estrita, com o único objetivo de enfatizar a existência de uma dinâmica da natureza de algum modo distinta (mas não dissociada) da dinâmica da sociedade.

condições naturais, não conseguiu exercer efetivo controle sobre uma série de fenômenos ligados diretamente à dinâmica da natureza ou mesmo, com sua ação, provocou reações completamente imprevisíveis.

Além disto, se levarmos em conta a discutível tese de autores que ampliam de tal forma a noção de poder que este acaba ultrapassando os limites da sociedade, é possível extrapolar dizendo que o território, mesmo na leitura mais difundida nas Ciências Sociais, que privilegia sua vinculação a relações de poder, também incorpora uma dimensão "natural" em sua constituição[12] — ou, pelo menos, a capacidade de as relações sociais de poder se imporem sobre a dinâmica da natureza.

Numa outra perspectiva, uma espécie de território "natural" (nada "natural") às avessas é aquele que se define a partir das chamadas reservas naturais ou ecológicas. Obrigado a reinventar a natureza através de concepções como ecologia, biosfera e meio ambiente, o homem se viu na contingência de produzir concretamente uma separação que nunca teria existido entre espaços "humanos" e "naturais", como numa leitura da Geografia que separava paisagens naturais e paisagens culturais ou humanizadas (Sauer, 1926).

Assim, a reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de sua condição de áreas "protegidas", provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. É claro que, aí, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas são tão importantes quanto as questões ditas ecológicas. De qualquer forma, trata-se de mais um exemplo, muito rico, de um território interpretado numa perspectiva materialista e que, embora entrecruze fortemente áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, também é bastante focalizado a partir de perspectivas como as da Ecologia.

Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão "natural", que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. No fundo, a razão está com autores como Bruno Latour (1991), para quem movemo-nos muito mais no campo dos "híbridos" sociedade-natureza. A questão central, portanto, não é questionar a existência de visões naturalistas (como as noções de território aqui discutidas), mas como desenvolver instrumentos conceituais para repensá-las dentro desse complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando.

2.2.2. A concepção de base econômica

A opção pela dimensão material, analisada aqui em sua perspectiva mais extrema, a que envolve a concepção naturalista de ter-

[12] Reconhecer a importância de uma dimensão "natural" na composição de territórios não significa, portanto, concordar com a posição de autores que chegam a estender a noção de poder para a esfera da natureza. Para Blackburn, por exemplo, "(...) o 'poder' pode ser atribuído a propriedades da natureza tanto quanto a propriedades da espécie humana, tais como o poder múltiplo do meio ambiente sobre as comunidades humanas. De fato, a emergência de nossa espécie e da própria evolução da vida atestou o poder da seleção natural. 'Poder', num sentido geral, pode ser provisoriamente definido como a habilidade de criar, destruir, consumir, preservar ou reparar. Os poderes produtivos acessíveis à sociedade, que para Marx são sinônimos de forças produtivas, desembocam sobre os da natureza, como a fertilidade natural do solo e a procriatividade do mundo animal. Os poderes destrutivos da natureza incluem a entropia, terremotos e relâmpagos; seus poderes preservadores e restauradores abrangem sistemas de imunidade biológica, coberturas florestais e lava solidificada. É numa tensão criativa com esses poderes fundamentais de transformação e preservação que a história humana tem se desenrolado". O autor define ainda o "poder humano" como "a habilidade de [realizar as intenções ou potencialidades humanas de] criar, destruir, consumir ou preservar coisas, tais como independência e autoridade na esfera política, riqueza na econômica, ou poder na esfera militar, através da intervenção nesses poderes da natureza" (Blackburn, 1992[1989]:287).

ritório, dominante na Etologia e em algumas perspectivas das Ciências Sociais, amplia-se, entretanto, por várias outras esferas, que vão da Ciência Política à própria Antropologia. É como se muitos antropólogos, mesmo priorizando o mundo simbólico, ao se reportarem à dimensão material apelassem para uma categoria como a de território, vendo-o fundamentalmente nesta perspectiva. Muitas vezes, são autores influenciados pelo marxismo, como é o caso de Maurice Godelier, que em seu livro *O Ideal e o Material: Pensamento, Economias, Sociedades*, define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos:

> *Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar* (Godelier, 1984:112).

Godelier mantém na sua definição uma forte referência à natureza, fato muito presente no trabalho de antropólogos e historiadores que, freqüentemente, quando enfocam o território e os processos de territorialização, reportam-se à análise de sociedades tradicionais, como a sociedade indígena, que economicamente dependem muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Daí a importância dada ao território por Godelier como fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso.

Alguns antropólogos, em trabalhos mais recentes, ainda mantêm essa idéia de território de fundo econômico-materialista como área "defendida" em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo. É importante lembrar, contudo, que não se trata de uma característica das sociedades tradicionais, como interpretam, de forma genérica das sociedades tradicionais, como interpretam, de forma apressada, muitos autores. Há uma distinção muito nítida entre diferentes formas de construção do território e/ou da territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como o tipo de mobilidade a que o grupo está sujeito.

Lancaster e Lancaster (1992), por exemplo, analisando tribos de Omã, na península Arábica, partem da constatação de que a propriedade dos recursos naturais não existe, já que eles são partilhados por todos, como é tradicional entre os povos nômades do deserto Arábico. Há um sistema de acesso aos recursos dotado de flexibilidade, dependendo de fatores como preferências baseadas no conhecimento dos recursos, na área onde cada família ou grupo está e quem primeiro irá alcançar determinada área. "O que é defendido é a idéia de acesso", sua legitimidade, "o conceito mais do que o objeto, já que o objeto pode ser sempre renovado ou deslocado" (p. 343) — em termos, acrescentaríamos, estabelecendo-se assim um "padrão flexível de uso territorial" (p. 352).

Ou seja, algo da "flexibilidade" territorial que reivindicamos como característica da territorialidade (ou mesmo da a-territorialidade) dos nossos tempos "pós-modernos" encontra guarida, de forma muito distinta em sua forma, mas dentro de princípios de convivência social igualmente ricos, entre grupos sociais tidos genericamente como sendo dotados de territórios estáveis e bem delimitados. Em relação ao trabalho de Lancaster e Lancaster, Casimir (1992) afirma que:

> *Por não serem animais territoriais, mas poderem, se necessário for, comportar-se territorialmente, a estratégia ótima geral para assegurar acesso aos diversos tipos de recursos, sob várias condições sociais e/ou naturais, é a flexibilidade* (p. 16).

Hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como "fonte de recursos" ou como simples "apropriação da natureza" em sentido estrito. Isto não significa, contudo, como acabamos de demonstrar, que essas características estejam superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo.

O mesmo ocorre com áreas em que alguns fenômenos naturais (vulcanismos, abalos sísmicos, furacões) exercem profundas influências na vida social. Além disto, como já comentamos, o agravamento das questões ambientais certamente levará a uma valorização cada vez maior do controle de recursos, como a água ou os solos agricultáveis, o que pode gerar novos conflitos pelo domínio territorial (como já vem ocorrendo em diversas regiões como o vale do Nilo, o Sahel e a bacia do Tigre e do Eufrates).

Ainda que tenhamos começado nossa discussão sobre a abordagem que privilegia a dimensão econômica do território com o exemplo mais extremo, no sentido de assimilação de uma perspectiva materialista de território por parte daqueles que, por força das divisões acadêmicas do trabalho, menos estariam propensos a assumi-la, isto é, os antropólogos, é evidente que outras áreas, especialmente a Economia, têm uma plêiade de trabalhos nessa perspectiva. A questão é que a maioria dos trabalhos, especialmente na área da Economia Regional ou Espacial, faz uso muito mais de conceitos como espaço, espacialidade e região do que de território, sendo temerário, assim, a partir daí, "forçar" uma interpretação do conceito. Ainda que termos como divisão *territorial* do trabalho sejam amplamente utilizados, trata-se muito mais de uma divisão *espacial* do trabalho (Massey, 1984), já que raramente se faz alusão à concepção de território aí incorporada.

Entre os geógrafos, embora minoritárias e quase sempre impregnadas de fortes vínculos com outras perspectivas, encontramos algumas posições que podem, com alguma simplificação, ser consideradas abordagens que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território. Provavelmente a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente seja aquela defendida pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, em que o "uso" (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território.

Na defesa de uma abordagem geográfica integradora e "totalizante", Santos utiliza a controvertida expressão "território usado" como correlato direto de "espaço geográfico" (Santos *et al.*, 2000:2), objeto da disciplina geográfica:

> *O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo* (p. 3). *O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso* (p. 12).

Numa distinção muito interessante entre território como recurso e território como abrigo, Santos afirma que, enquanto "para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares", para os "atores hegemonizados" trata-se de "um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares" (pp. 12-13). Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como "ator" quanto como "agido" ou "objeto da ação" (p. 13).

Em um dos textos mais consistentes em termos de discussão conceitual sobre território, "O retorno do território", Santos (1994a) começa por criticar o legado moderno de "conceitos puros" que fez do território um conceito a-histórico, ignorando seu caráter "híbrido" e historicamente mutável. Assim, "o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida" e "o que faz dele objeto da análise social" é seu uso, "e não o território em si mesmo" (p. 15).

Esta ênfase ao "uso" do território a ponto de distinguir entre o "território em si" e o "território usado" (lembrando muito a distinção de Raffestin entre espaço e território), ao mesmo tempo em que explicita uma priorização de sua dimensão econômica, estabelece uma distinção discutível entre o território como "forma" e o território usado como "objetos e ações, sinônimo de espaço humano" (Santos, 1994a:16). De qualquer modo, não se trata nunca, apenas, de um território-zona (uma superfície claramente delimitada) como o dos Estados nações modernos, mas também do que denomi-

naremos aqui território-rede: "o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede" (Santos, 1994a:16).

O amálgama territorial, que no passado era dado pela "energia, oriunda dos próprios processos naturais", ao longo do tempo vai gradativamente cedendo espaço à informação, "hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território". O território reúne informações local e externamente definidas, vinculadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que "se afirma mediante um controle 'local' da técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção" (p. 17). O comando "local" do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional (p. 18), enquanto o "controle distante", global, a "escala da política", ao contrário do que acontecia "antes do enfraquecimento do Estado territorial" (p. 19), é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre "um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global" racionalizador e em rede[13].

Santos distingue assim um "território de todos", também denominado, retomando François Perroux, "espaço banal", "freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos", e um espaço das redes, vinculado às "formas e normas a serviço de alguns". Há aí uma diferenciação entre "o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes" (p. 18). Esta distinção, algo problemática, deve ser relativizada na medida em que ele afirma também que "são os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas" (1994a:16).

[13] Esta distinção entre global e local também deve ser problematizada, principalmente na medida em que o autor, em obra mais recente (Santos, 1996:272), associa "ordem global" com desterritorialização, por separar o centro e a sede da ação, e "ordem local" e espaço banal, "irredutível", com reterritorialização.





Ao definir o espaço geográfico — que, como vimos, pode ser sinônimo de território (ou pelo menos de "território usado") — como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos explicita a base materialista de fundamentação econômica em seu trabalho. Apesar de criticar as limitações da abordagem analítica em torno da dialética das forças de produção e das relações de produção, ele associa, ainda que "de forma simplória", como ele próprio diz, sistema de objetos com um conjunto de forças produtivas e sistema de ações com um conjunto de relações sociais de produção (1996:52).

O estudo das "categorias analíticas internas" à noção de espaço supõe como primeiro "processo básico" o estudo das técnicas (1996:19), e mesmo com o reconhecimento, ao lado da "tecnoesfera", de uma "psicoesfera" ligada ao "reino das idéias, crenças, paixões" (p. 204), esta aparece de maneira bem mais sutil no conjunto de sua obra. A grande ênfase à "funcionalização" e ao conteúdo técnico dos territórios permite incorporar a leitura de território feita por Santos numa perspectiva econômica. Devemos reconhecer, entretanto, o rico processo de ampliação e complexificação do conceito, verificado especialmente nos seus últimos trabalhos[14], além do fato, extremamente relevante, de o autor nos alertar para que nunca vejamos a des-re-territorialização apenas na sua perspectiva político-cultural, incluindo de forma indissociável os processos econômicos, especialmente a dinâmica capitalista do "meio técnico-científico informacional".

[14] Ver, por exemplo, a associação feita entre territorialidade e cultura, territorialidade e memória ("efêmera" e "longeva"), em *A Natureza do Espaço* (Santos, 1996:262-263). Associando mobilidade e desterritorialização, o autor chega mesmo a afirmar, como já ressaltamos na Introdução, que "desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturalização" (p. 262).





2.2.3. A tradição jurídico-política de território

Pela amplitude da temática espacial, certos conceitos em Geografia acabaram priorizando um determinado tipo de questão e uma específica dimensão social, como, por exemplo, o tratamento de questões econômico-políticas através do conceito de região, ou de problemáticas do campo das representações culturais do espaço pelo conceito de paisagem. Neste sentido, não é equivocado afirmar que, mesmo em meio a uma enorme diversidade de perspectivas, o território vai ganhar ampla tradição no campo das questões políticas.

Pela importância desta abordagem, iremos tratá-la aqui num item à parte dentro das posições materialistas, mesmo sabendo que muitos desses enfoques não se restringem ao campo da materialidade das relações sociais. Trata-se aproximadamente, pelo menos entre alguns autores, de uma espécie de acordo tácito, a fim de dar maior rigor a seus conceitos, cada um envolvido com problemáticas específicas. Como veremos no item logo adiante, a Geografia Cultural, ao privilegiar a dimensão simbólica ou o campo das representações, utiliza muito mais outros conceitos, como paisagem ou lugar, do que território. Já na Geografia Política, território e mesmo territorialidade são tidos como conceitos fundamentais. Segundo Cox (2002), "os conceitos centrais da Geografia Política" são, de forma simples, "território e territorialidade" (p. 3). Territorialidade, como veremos mais adiante, embora com mais freqüência associada a fenômenos de ordem política (ver, por exemplo, Sack, 1986), também aparece vinculada a questões socioculturais, como a identidade social.

O vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. O autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel. Segundo Moraes (2000:19), "na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação 'estatal' e, mais recentemente, 'estatal nacional'". Assim, para Ratzel:

> *Embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro* (p. 73). *Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado* (Ratzel, 1990:74).

Freund (1977), por outro lado, ao analisar a sociologia de Max Weber, afirma, de uma maneira ainda mais ampla (que associa território e "atividade política" em sentido amplo):

> *A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. (...) as fronteiras (...) podem ser variáveis; entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento, não se poderia falar de política. (...) Pode-se, pois, definir a política como a atividade que reivindica para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, que é a manifestação concreta e empírica do poderio. (...) Esse poderio e esse domínio, segundo Max Weber, só se tornam políticos quando a vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, com vistas a realizar um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento* (pp. 160-161).

Embora tenham sua origem etimológica associada à idéia de apropriação ou mesmo de dominação (política) do espaço pelos homens, território e territorialidade tiveram suas bases conceituais elaboradas pela primeira vez, como vimos, no campo da Etologia. Na verdade, podemos considerar que, em geral, ao longo dos séculos XIX e XX, os debates acadêmicos sobre a territorialidade na Biologia e nas Ciências Sociais correram paralelos. Em alguns momentos, de forma bastante sutil ou muito enfática, dependendo do contexto histórico, político e ideológico, essas propostas se cruzaram, seja no sentido de fazer valer, unilateralmente, os paradigmas da territorialidade animal sobre a humana, seja para fazer

prevalecer o sentido social, humano, da territorialidade (como na grande maioria dos estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais).

Deste modo, a distância entre uma visão naturalista de território e uma abordagem política nem sempre foi claramente estabelecida. Correntes teóricas materialistas fundamentadas em analogias com as Ciências Biológicas fizeram pontes às vezes inusitadas entre as construções política e biológica de território. Ao reivindicar para a sociedade o direito "natural" a um espaço ou mesmo à propriedade privada da terra, tornado um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao "espaço vital" sem o qual não se daria o "progresso" social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político — principalmente o território do Estado —, em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente no mundo animal.

Embora a rica perspectiva teórica de Ratzel não possa ser reduzida, em absoluto, à visão organicista e "determinista" que muitos lhe impuseram, não há dúvida de que ele se inspirou na natureza biológica do homem para apresentar algumas de suas conclusões mais importantes em relação ao espaço e ao território. O autor inicia a primeira seção de seu livro *Geografia Política*, denominada "Da relação entre o solo e o Estado", discutindo a "concepção biogeográfica do Estado" (Ratzel, 1988[1897]). Ele lembra que o movimento dos homens sobre a Terra é um movimento de avanços e recuos, contrações e expansões. Reconhece aí uma analogia com a Biogeografia:

> *Existem, para a Biogeografia, espaços vitais, ilhas de vida etc., e segundo ela o Estado dos homens é, ele também, uma forma de propagação da vida na superfície da Terra. Está exposto às mesmas influências que a vida em seu conjunto. As leis particulares de propagação da vida humana sobre a Terra determinam igualmente a emergência de seus Estados. Não vimos Estados se formarem nem nas regiões polares, nem nos desertos, e eles permaneceram pequenos nas regiões pouco povoadas dos trópicos, das florestas virgens e aas mais altas montanhas* (p. 11).
>
> *As transformações incessantes, internas e externas, dos Estados, testemunham precisamente a sua vitalidade. Quer seja nas fronteiras, que só saberíamos apreender, cientificamente, como uma expressão do movimento tanto inorgânico quanto orgânico, ou nas formações estatais elementares, em que a semelhança com um tecido celular salta aos olhos (...), em todo lugar se constata uma analogia formal de todos os viventes, no sentido de que eles retiram do solo a sua vitalidade. Esta ligação, de fato, constitui para eles todos, quer sejam liquens, corais ou homens, a característica universal, característica vital pois ela constitui a própria condição de sua existência* (p. 12).

Os "espaços vitais" da Biogeografia são transladados para a realidade territorial do Estado, ele também "uma forma de propagação da vida na superfície da Terra". Ele tende a expandir-se como se expandem as células e os organismos vivos, "retirando do solo a sua vitalidade". Raffestin, no Posfácio a esta obra de Ratzel, reconhece que a "ontologia ratzeliana é de essência ecológica e funda a concepção biogeográfica do Estado" (Ratzel, 1988:379). Esta relação íntima entre solo (natureza ou, na leitura mais ampla de Raffestin, "espaço", substrato material[15]) e Estado (ou território), leva Ratzel a reconhecer que:

> *O solo favorece ou entrava o crescimento dos Estados, segundo o modo com que ele favorece ou entrava os deslocamentos dos indivíduos e das famílias (...). O homem não é concebível sem o solo terrestre, assim como a principal obra humana: o Estado. (...) O Estado vive necessariamente do solo* (p. 13).

[15] Raffestin, no seu Posfácio, afirma que Ratzel está tanto na origem do conceito de centro-periferia (imputado depois a Lênin) quanto na distinção entre espaço e território (vulgarizado hoje por autores anglo-saxões e sobretudo pelo próprio Raffestin em *Por uma Geografia do Poder*).

De qualquer forma, em Ratzel, é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política (que aqui se confunde com estatal) do espaço que o território se define. Esta concepção acaba de alguma forma se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como fonte de recursos para a reprodução da sociedade, pois é também com base nesta disponibilidade de recursos que Ratzel vai construir seu conceito. O "espaço vital" seria assim o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis que, na leitura do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente.

É interessante perceber, contudo, que o enfoque de Ratzel não se resume a uma perspectiva materialista, em sentido estrito. Releituras relativamente recentes têm enfatizado a relevância do lado "espiritual" e mais subjetivo de sua obra. Dijkink (2001), por exemplo, alude a variantes do "espírito universal" hegeliano e de uma concepção idealista de natureza presentes em sua interpretação do Estado e, como conseqüência, podemos dizer, do território.

O conceito idealista de natureza se refere mais a um estado ideal da própria sociedade do que às coisas externas ao homem. A natureza se expressaria através dos homens, em sua criação artística. Neste sentido, o próprio Estado seria "um trabalho de arte similar" (Dijkink, 2001:125). Nas palavras do próprio Ratzel: "(...) com e através de seu povo o país [*Land*] se torna individualizado e assim desenvolve o organismo político-geográfico do Estado, o qual cria [!] sua própria área natural [*Naturgebiet*] (...). O todo nacional pretende se tornar um todo natural [...]" (Ratzel, *apud* Dijkink, 2001:125).

A "ligação espiritual com a terra" que Ratzel defende faz desse território estatal muito mais do que uma entidade material. O sentido orgânico "ótimo" almejado pelo Estado passa pela idéia de que é graças ao território, ou melhor, ao "solo", que a nação supera suas misérias e alcança as condições para a projeção de seu "poder criativo" (Dijkink, 2001:125).

Mais de meio século depois, um outro geógrafo que marcou o debate da Geografia Política e sua concepção de território foi Jean Gottman (1952). Para o autor, no mundo "compartimentado" da Geografia, "a unidade política é o território". Há aqui uma ampliação do conceito que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado nação, estendendo-se para "o conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime". Em qualquer caso, trata-se de "um compartimento do espaço politicamente distinto" e uma "entidade jurídica, administrativa e política" (p. 71). Ou seja, o caráter político-administrativo do território permanece sua característica fundamental.

Apesar desse enfoque centrado nas entidades "compartimentadas" concretas da Geografia, ou melhor, na idéia de território como "compartimento", Gottman também incorpora uma dimensão mais idealista ao procurar entender os territórios, notadamente os estatais, ao mesmo tempo em torno do que ele denomina "sistemas de movimento" ou circulação e "sistemas de resistência ao movimento" ou "iconografias".

Os sistemas de movimento, mais concretos, estariam ligados a "tudo o que chamamos de circulação no espaço", enquanto os sistemas de resistência ao movimento seriam "mais abstratos do que materiais", "uma série de símbolos" os quais o autor denomina de "iconografias" (p. 214). Aqui, além de uma vinculação entre mundo material e ideal, encontramos também, talvez pela primeira vez de maneira tão explícita, o território ligado à idéia de movimento, e não apenas de fixação, "enraizamento" e estabilidade.

É interessante como, mesmo assumindo uma posição de viés materialista, ocorre a valorização de uma dimensão mais abstrata e simbólica na composição dos territórios. Gottman reconhece a importância de um "cimento sólido" a unir os membros de uma comunidade política. Mais do que nas fronteiras físicas, "as divisões [*cloisons*] mais importantes estão nos espíritos" (p. 220). E, concluindo seu livro, ele praticamente concede prioridade a este mundo das idéias, condenando a geografia "materialista" e reco-

nhecendo que os maiores feitos políticos não se deram pela violência, mas pelo poder simbólico, a "conversão dos espíritos":

A geografia não deve procurar ser materialista nas escolas: ela de modo algum o é na realidade viva e cotidiana. A política dos Estados é sem dúvida materialista nos seus fins: ela deve retirar da geografia alguns elementos que a libertarão desta influência. Os grandes sucessos da política nunca foram adquiridos pela força armada, mas pela conversão dos espíritos (pp. 224-225).

A relação entre território e defesa, que se encontra nas origens do termo e que se difundiu também por meio da concepção neodarwinista de territorialidade, não é uma característica ultrapassada, presente em diversas concepções contemporâneas, especialmente a do neo-realismo na análise das relações internacionais. Cox (2002), por exemplo, conceitua territórios como "espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território" (p. 3).

Vindo até autores mais recentes, mas já tornados clássicos, como Claude Raffestin e Robert Sack, parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território[16]. Dada a importância desse caráter político, e a partir do amplo sentido relacional que assumimos para poder (o que inclui o próprio poder simbólico), dedicaremos um item específico, logo adiante, para a análise do pensamento de Sack e Raffestin.

[16] Souza (1995), por exemplo, destaca "o caráter especificamente político" do território (p. 84), definindo-o como "*um campo de forças*, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial" (p. 97, grifos do autor).

2.3. Território nas perspectivas idealistas

Tomemos o exemplo de uma sociedade indígena. Facilmente podemos afirmar que ela constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, especialmente os recursos naturais (algo bastante genérico e, portanto, variável entre os diferentes grupos). Mas os referentes espaciais, aí, também fazem parte da vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal.

Mesmo a conceituação de Maurice Godelier, citada aqui em nossa discussão sobre as perspectivas materialistas de território, apresenta importantes nuanças, reivindicando também a incorporação de uma dimensão ideal ou "apropriação simbólica", pois:

... *o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso,* tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis *que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem* (p. 114, destaque nosso).

Referências muito mais enfáticas a estes "poderes invisíveis" que fazem parte do território aparecem ao longo das últimas décadas em vários trabalhos da Antropologia. Hall, por exemplo, em seu conhecido livro *A Dimensão Oculta* (Hall, 1986), considerado o primeiro antropólogo que empreendeu um estudo sistemático sobre o tema da territorialidade, afirma que "o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve" (*apud* García, 1976:14).

Um dos trabalhos que focalizaram de forma mais direta a discussão sobre território na Antropologia foi *Antropología del Territorio*, de José Luis García, escrito ainda em 1976. Defendendo que o território na Antropologia não tem por que coincidir com

outras concepções, como a de território político ou "legal" e território geográfico, completa ele:

> *Se o território é suscetível de um estudo antropológico, e não meramente geográfico ou ecológico, é precisamente porque existem indícios para crer no caráter subjetivo do mesmo, ou, dito de outra forma, porque (...) entre o meio físico e o homem se interpõe sempre uma idéia, uma concepção determinada* (p. 21).

García cita o "possibilismo" geográfico de Vidal de La Blache, a "morfologia social" de Marcel Mauss (onde as condições do meio são mero "substrato da vida social") e os índios do Brasil Central em Lévi Strauss (cujo medo da seca seria muito mais uma criação de seus mitos do que da seca real a que estavam sujeitos) para sustentar sua tese de que não são as características físicas do território que "determinam" a criação de significados, sua "semantização". "Dito de outra forma", afirma ele, "a semantização do território pode explicar-se parcialmente a partir do meio, mas a investigação do meio físico nunca nos permitirá concluir que deve dar-se um tipo determinado de semantização" (p. 52).

O território "semantizado" para García significa, em sentido amplo, um território "socializado e culturalizado", pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado. "É precisamente este significado ou 'idéia' que se interpõe entre o meio natural e a atividade humana que, com relação ao território, tratamos de analisar (...). O estudo da territorialidade se converte assim em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço territorial" (García, 1976:94).

A Geografia, como seria de se esperar, ao contrário da Antropologia, tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território. Mesmo a chamada Geografia Cultural, de emergência relativamente recente, mas que alguns já chegaram a erigir como um novo paradigma, associado à corrente humanística ou idealista da Geografia, prefere utilizar outros conceitos, como lugar e paisagem, para analisar fenômenos ligados à dimensão cultural do espaço[17]. Mesmo assim, encontramos alguns autores que enfatizam mais abertamente a perspectiva ideal-simbólica do território. Entre eles estão os geógrafos franceses Bonnemaison e Cambrèzy (1996).

Para Bonnemaison e Cambrèzy, a lógica territorial cartesiana moderna, pautada no "quebra-cabeça" dos Estados nações, que não admite sobreposições e dá pouca ênfase aos fluxos, ao movimento, é suplantada hoje pela "lógica culturalista, ou, se preferimos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e [illegible]grafia, menos ainda, representar. Nesta (...) perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da 'ideologia geográfica'" (termo de Gilles Sautter para definir a visão de espaço cartesiana moderna).

Para estes autores há um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território. Embora não seja uma simples questão de mudança de escala, também há uma revalorização da dimensão local. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. A abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso, "o território é primeiro um valor", pois "a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida" (p. 10).

---

17 O que não quer dizer que muitos dos debates sobre paisagem e, especialmente, sobre lugar, não encontrem vários pontos de correspondência com aqueles relativos ao território e, especialmente, como veremos logo adiante, a territorialidade. Mais do que marcar diferenças, os conceitos devem revelar sua multiplicidade, os elos possíveis com outros conceitos que permitem expressar a complexidade das questões que buscam responder.

Prosseguindo, Bonnemaison e Cambrèzy afirmam:

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (1996:10).

Nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades "primitivas" de caçadores e coletores, "o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço"[18].

Os autores enfatizam que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era "ocupado" de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-religiosa:

[18] A grande influência "empírica" recebida por Bonnemaison em suas reflexões resulta de seu trabalho junto à ilha de Tanna, no arquipélago de Vanuatu, onde, diz ele, "o grupo local não 'possui' o território, mas *se identifica* com ele. O princípio de identificação se sobrepõe ao princípio de apropriação [ao contrário da distinção lefebvriana entre apropriação e dominação, aqui se trata de identificação e apropriação]. Não existe entre a sociedade e seu espaço uma simples relação de territorialidade, mas também um ideologia do território. (...) ela transparece em todos os conflitos fundiários e geopolíticos, atuais ou passados, tal como ela é destacada na sua mitologia: os homens da ilha são, como eles próprios dizem, 'man-ples', *homens-lugares*" (Bonnemaison, 1997:77; grifo do autor). Trata-se mesmo, diz o autor, pelo menos no caso de Tanna, do território não como produto de sua sociedade, mas como uma entidade que precede e funda a sociedade. "Seu espaço é vivo, é um 'personagem político', um lugar de meditação entre ele e o cosmos (...) Seu território é um espaço encantado." (1997:78)

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (Bonnemaison e Cambrèzy, 1996:13-14).

Embora se refiram, sobretudo, às sociedades tradicionais, Bonnemaison e Cambrèzy deixam clara a primazia que concedem à natureza simbólica das relações sociais na sua definição "pós-moderna" de território. A força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como "um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos" (p. 14).

É importante, entretanto, reenfatizar que, mesmo nas sociedades tradicionais, como as sociedades indígenas inicialmente citadas, existem várias formas de incorporar no seu mundo os referentes espaciais. O grau de centralidade do território na concepção de mundo dos grupos sociais pode ser bastante variável[19]. Por isso deve-se ter sempre muito cuidado com o "transplante" e a generalização de conceitos, como o de território, moldados dentro da nossa realidade, para contextos distintos, como o das sociedades genericamente denominadas de tradicionais. Além da nossa distância em relação a elas, trata-se de sociedades muito diversificadas e também distantes entre si, onde muitas vezes o único contato entre elas é aquele que fazemos através de nossos conceitos.

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para

[19] A própria diferenciação de formas que adquirem as fronteiras entre essas sociedades, ora mais nítidas e fechadas, ora muito mais abertas e flexíveis, atesta bem esta diversidade de papéis dos referentes espaciais na definição do grupo.

enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser território", é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território.

Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial (a este respeito, ver Haesbaert, 1999c). Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. Esta abordagem "integradora" de território, para muitos autores extremamente difícil de ser encontrada nas práticas sociais contemporâneas, é a temática que abordaremos no próximo item.

2.4. Território numa perspectiva integradora

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.

Entre os conceitos geográficos, pode-se afirmar que o de região foi o mais pretensioso, principalmente na análise lablacheana. Embora também haja uma tradição em privilegiar os processos econômicos na construção de regiões, sem dúvida a idéia de fundo é, sempre, a de que haveria, se não a famosa e dificilmente alcançável "síntese" geográfica, pelo menos um elemento estruturador, espécie de fundamento que serviria de amálgama na organização do

espaço regional, seja ele a natureza (para o "primeiro" La Blache), a economia (urbana, no "segundo" La Blache[20]) ou a cultura.

Um pouco destas leituras da região clássica ainda se reproduz hoje nos debates sobre o território, alguns elegendo o poder político, outros os símbolos da cultura, outros a base técnico-econômica, a fim de demonstrar os fundamentos da organização territorial da sociedade. Como foi visto nos itens anteriores, o privilégio a uma dessas dimensões ocorre principalmente em função de nossos recortes disciplinares e das problemáticas que cada um deles pretende responder.

Assim, se a Etologia tende a colocar a questão de por que muitos animais se comportam "territorialmente", a Ciência Política procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder, e a Antropologia trata da questão da criação de símbolos através do território. Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão "integradora" de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?

Uma das questões mais sérias é que, ao contrário da região na versão lablacheana do início do século XX, dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de "integrar" de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômica, política, cultural, natural. Daí o fato de alguns defensores de uma visão totalizante ou integradora de território advogarem sua superação. É o caso de Chivallon (1999), que defende o uso da noção de espacialidade para substituir território, definido como:

> *(...) uma espécie de "experiência total" do espaço que faz conjugar-se num mesmo lugar os diversos componentes da vida social: espaço bem circunscrito pelo limite entre exterior e interior, entre o Outro e o semelhante, e onde se pode ler, na*

[20] Sobre estas diversas fases do pensamento lablacheano em relação à região, ver Robic e Ozouf-Marignier (1995).

enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser território", é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território.

Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial (a este respeito, ver Haesbaert, 1999c). Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. Esta abordagem "integradora" de território, para muitos autores extremamente difícil de ser encontrada nas práticas sociais contemporâneas, é a temática que abordaremos no próximo item.

2.4. Território numa perspectiva integradora

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.

Entre os conceitos geográficos, pode-se afirmar que o de região foi o mais pretensioso, principalmente na análise lablacheana. Embora também haja uma tradição em privilegiar os processos econômicos na construção de regiões, sem dúvida a idéia de fundo é, sempre, a de que haveria, se não a famosa e dificilmente alcançável "síntese" geográfica, pelo menos um elemento estruturador, espécie de fundamento que serviria de amálgama na organização do

espaço regional, seja ele a natureza (para o "primeiro" La Blache), a economia (urbana, no "segundo" La Blache[20]) ou a cultura.

Um pouco destas leituras da região clássica ainda se reproduz hoje nos debates sobre o território, alguns elegendo o poder político, outros os símbolos da cultura, outros a base técnico-econômica, a fim de demonstrar os fundamentos da organização territorial da sociedade. Como foi visto nos itens anteriores, o privilégio a uma dessas dimensões ocorre principalmente em função de nossos recortes disciplinares e das problemáticas que cada um deles pretende responder.

Assim, se a Etologia tende a colocar a questão de por que muitos animais se comportam "territorialmente", a Ciência Política procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder, e a Antropologia trata da questão da criação de símbolos através do território. Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão "integradora" de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?

Uma das questões mais sérias é que, ao contrário da região na versão lablacheana do início do século XX, dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de "integrar" de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômica, política, cultural, natural. Daí o fato de alguns defensores de uma visão totalizante ou integradora de território advogarem sua superação. É o caso de Chivallon (1999), que defende o uso da noção de espacialidade para substituir território, definido como:

> *(...) uma espécie de "experiência total" do espaço que faz conjugar-se num mesmo lugar os diversos componentes da vida social: espaço bem circunscrito pelo limite entre exterior e interior, entre o Outro e o semelhante, e onde se pode ler, na*

[20] Sobre estas diversas fases do pensamento lablacheano em relação à região, ver Robic e Ozouf-Marignier (1995).

relação funcional e simbólica com o extenso material, um conjunto de idealidades partilhadas (p. 5).

Sobrariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma "total", pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural.

Partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, "ordenamento" e gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm sido cada vez mais centrais para alimentar este debate. Elas nos ajudam, de certa forma, a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político — no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador — o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os "ambientes" capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.

Sintetizando, abrem-se pelo menos três perspectivas:

a. Uma, mais tradicional, que reivindica o território como sendo uma área de feições ou, pelo menos, de relações de poder relativamente homogêneas, onde as formas de territorialização como "controle do acesso" de uma área (Sack, 1986) seriam fundamentais, seja para usufruir de seus recursos,

seja para controlar fluxos, especialmente fluxos de pessoas e de bens.

b. Outra que, ao contrário da visão mais estável de território implícita em definições como a de Chivallon, anteriormente citada, promove uma releitura com base no território como rede (os "territórios-rede" comentados no Capítulo 7), centrado no movimento e na conexão (o que inclui a conexão em diferentes escalas), um pouco na linha que Massey (1994) propôs em sua reconceitualização de lugar[21].

c. Uma terceira que, ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista de território (territórios múltiplos e multiterritorialidade, como focalizado no Capítulo 8), trabalha com a idéia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural).

Da mesma forma que pode ou não ser um conceito capaz de responder a questões que integram todas as esferas sociais (ainda que através da vertente do poder em sentido lato), o território, numa perspectiva histórica, pode também ser amplo, generalizável a ponto de abranger toda a história humana — constituindo assim um de seus componentes "ontológicos" —, ou ser visto de forma mais restrita, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais.

---

[21] Massey (2000[1991]) considera o lugar como processo e sem "fronteiras no sentido de divisões demarcatórias". Sua construção se dá "a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular". O lugar é "um ponto particular, único, desta interseção. Trata-se, na verdade, de um lugar de *encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações (...) se constrói numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si" (p. 184).

Todas estas abordagens encontram-se combinadas. Assim, se privilegiamos as questões políticas e, dentro delas, a questão do Estado, o território pode ficar restrito às sociedades modernas articuladas em torno dos Estados nações. Neste caso, a crise do Estado seria a principal responsável pelos atuais processos de desterritorialização (ver por exemplo, a análise já citada de Badie, 1995). Trata-se de uma das leituras mais limitadas e restritivas de território.

Para outros, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a "contextualização territorial" é inerente à condição humana. Embora muito variável em suas manifestações, o território está presente em todo processo histórico. Trata-se da noção mais ampla de território, e que muitas vezes se confunde com a própria noção de espaço geográfico (como parece ocorrer em Santos, 1996).

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Este sentido relacional do território está presente também, de alguma forma, na abordagem mais materialista de Maurice Godelier (1984). Para ele, "as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens", sendo esta última "dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação no interior de cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a compõem" (p. 115).

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o "território" com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. Assim, ao contrário de Chivallon, poderíamos dizer que, se a idéia de território como "experiência total

do espaço", que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social, não é mais possível, não é simplesmente porque não existe essa integração, pois não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura. Trata-se, isto sim, de uma mudança de forma — de uma espécie de "deslocamento".

Hoje, poderíamos afirmar, a "experiência integrada" do espaço (mas nunca "total", como na antiga conjugação íntima entre espaço econômico, político e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. Como veremos com mais detalhes no Capítulo 7, antes vivíamos sob o domínio da lógica dos "territórios-zona", que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos "territórios-rede", espacialmente descontínuos mas intensamente conectados e articulados entre si.

Entretanto, seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens "unidimensionais" aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido — híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade — recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias", ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção "híbrida" (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

O problema é que nos próprios discursos sobre a desterritorialização essa noção "híbrida" de território em geral está ausente ou, quando aparece, é para justificar a própria perda do território (como no hibridismo cultural, focalizado no Capítulo 5), e os estudiosos ainda continuam, cada um à sua maneira ou de acordo com o compartimento disciplinar a que estão atrelados, utilizando-se, implícita ou explicitamente, daquelas noções de território setoriais ou fragmentadas a que fizemos alusão neste capítulo.

2.5. A visão relacional de território em Sack e Raffestin

Outro debate central sobre o território e, conseqüentemente, sobre a desterritorialização, envolve seu caráter absoluto ou relacional. Absoluto será tratado aqui tanto no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou "coisa" (objeto físico, substrato material), dissociada de uma dinâmica temporal. Território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder.

Embora muitos materialistas, em especial os mais mecanicistas, possam simplificar, afirmando que o território se restringe à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, outros, notadamente muitos materialistas dialéticos, dirão que o território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais. Aqui, entretanto, as divergências também podem ser marcantes, desde aqueles que concedem à materialidade do território, seu substrato físico, um papel simplesmente acessório ou quase nulo (uma espécie de palco, reflexo ou produto) diante das relações social-históricas (vistas em geral de forma dicotômica em relação à materialidade através da qual se realizam), até aqueles que colocam este substrato físico como mediador, componente fundamental ou até mesmo determinante dessas relações (por exemplo, o espaço como instância social em Santos, 1978, e Morales, 1983).

Entre os autores que enfatizam o sentido relacional do território, destacamos Souza (1995) em sua crítica a Raffestin:

> *Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território* não *é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças,* as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. *(Sem sombra de dúvida, pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si.)* (Souza, 1995, p. 97, grifos do autor).

Souza enfatiza este caráter relacional, tendo o cuidado de não cair no extremo oposto, o de desconsiderar o papel da espacialidade na construção das relações sociais. Diante de uma preocupação com a "espaciologia" ou com o determinismo das formas espaciais (revelada de forma contundente em Souza, 1988), devemos justamente ter cuidado para não sugerir um excesso de "sociologização" ou de "historicização" (no sentido agora de sobrevalorizar a dimensão temporal, a dinâmica social-histórica), de alguma forma "desgeografizando" o território, abstraído da base social-geográfica como condição indispensável à realização destas relações. Se a virtude, também aqui, está "no meio", não é nada fácil encontrá-la e, menos ainda, traduzi-la em termos conceituais.

Propomos uma leitura um pouco mais condescendente para com Raffestin, na medida em que, também para ele, espaço pode ser um "trunfo" e território, "o campo de ação dos trunfos":

> *O espaço e o tempo são suportes, portanto condições, mas também trunfos. Eis por que Lefebvre tem toda razão quando diz que "o espaço é político". Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos* (p. 47). *O território é um trunfo particular, recurso*

e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos (Raffestin, 1993:59-60).

O fato de ser um trunfo procede, em primeiro lugar, segundo Raffestin, da constatação de que o espaço é finito. "Noção banal", sem dúvida, mas cuja consideração é relativamente recente, ligada àquilo que os politólogos denominam "cercadura [*clôture*] do espaço". Compondo-se de "duas faces", "expressão" material e "conteúdo" significativo, simbólico, o espaço é um "espaço relacional, 'inventado' pelos homens" (Raffestin, 1993:48). Aqui o autor supera a diferenciação estanque proposta em outro momento entre espaço — "prisão original" — e território — a "prisão que os homens constroem para si" (Raffestin, 1993:144).

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disto, outra conseqüência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou "fronteira".

Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão — em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade. Como veremos nos capítulos finais, este ponto é decisivo na crítica a algumas posições recentes sobre o domínio dos processos de desterritorialização, especialmente aquela que dissocia rede — mais vinculada ao tempo, à mobilidade — e território — que estaria aí mais ligado à estabilidade, a uma noção estática de espacialidade.

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. Voltando a este atributo, mesmo que consideremos o território ou a territorialidade um constituinte inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história[22], é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico. Esta é uma preocupação que, de formas diferentes, aparece em duas das interpretações mais consistentes sobre território, as dos geógrafos Claude Raffestin e Robert Sack, que, por sua importância, serão tratadas a seguir de forma mais detalhada.

Dentre as diversas definições de território, como já vimos, as mais difundidas e que marcam a tradição do conceito são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Claude Raffestin, em *Pour une Géographie du Pouvoir* (editado na França em 1980 e em 1993 no Brasil), e Robert Sack, em *Human Territoriality* (editado na Inglaterra em 1986), são dois autores fundamentais dentro deste enfoque, mas que não restringem a dimensão política ao papel dos Estados, nem ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade.

Raffestin, ao caracterizar o que entende por natureza do poder, sintetiza as proposições de Michel Foucault (1979, 1984, 1985):

> 1. *O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;*
> 2. *As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;*
> 3. *O poder* [também] *vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados. (...)* (Raffestin, 1993:53).

Poderíamos enfatizar as características foucaultianas de que o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, e que esta relação,

[22] Para Soja (1971), por exemplo, o homem é um "animal territorial", ao que Raffestin (1988) acrescenta também um "animal semiológico", na medida em que "a territorialidade é condicionada pelas linguagens, pelos sistemas de signos e pelos códigos" (p. 264).

ainda que desigual, não tem um "centro" unitário de onde emana o poder (como o Estado em algumas posições marxistas mais ortodoxas). Além disto, o poder é também "produtivo", como no poder disciplinar estudado pelo autor em relação às prisões, às fábricas, à sexualidade etc.

Baseada nesta leitura de poder, a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a "prisão" que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. A idéia de controle do espaço está bastante evidente através do termo "prisão", mas a territorialidade não se restringe a um conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder de Raffestin é suficientemente ampla para incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder.

Citando Jean-William Lapierre, Raffestin afirma que "o poder se enraíza no trabalho. O trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada". Mas, mais do que energia, trabalho é "força dirigida, orientada, canalizada por um saber" (1993:56). Ao apropriar-se do trabalho, a sociedade capitalista o destrói, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma e de outra concomitantemente. Assim, "por esse mecanismo, os homens perderam sua capacidade original de transformação, que passou para as organizações", para as empresas:

> *A destruição da unidade-trabalho se realizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornam output cristalizados, de que se apropria uma organização específica que projeta seus trunfos estruturais para obter a equivalência forçada. (...) Contudo, os homens podem desejar a retomada do controle de seu poder original (...), o que significa entrar num universo conflitual, cuja natureza é puramente política. (...) Assim, a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus*

> *meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu* (Raffestin, 1993:57-58).

Raffestin considera então como "trunfos" do poder a população, os recursos e o território. Aqui é melhor, retomando a crítica de Souza, adotar "materialidade do espaço" ao invés de "território", já que não há território sem recursos e, muito menos, sem "população"[23]. As "organizações", que são capazes de combinar energia e informação, pois se apropriaram da "unidade-trabalho", alienando o trabalhador, acabam por privilegiar a dimensão simbólica desses trunfos do poder:

> *Por sua ação, a organização que visa a extrema simplicidade, a expressão jamais alcançada do poder absoluto, tende a se interessar apenas pelos símbolos dos trunfos* ["triunfos" na tradução brasileira]. *O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos. É talvez o que, por fim, torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre trunfo real — o referencial — e trunfo imaginário — o símbolo* (Raffestin, 1993:60).

Na verdade, mais do que fragilidade, é de "força" que se trata, pois essa "distância" entre referente e símbolo, que hoje muitas vezes é indiscernível, confundindo-se completamente "realidade" e representação, transforma a dimensão "concreta" do poder e o insere num emaranhado de relações simbólicas em que o próprio território passa a "trabalhar" mais pelas imagens que dele produzimos do que pela realidade material-concreta, que nele construímos.

Robert Sack, ao contrário desta ênfase à "semiotização" do território (o domínio dos "territórios informacionais") feita por Raffestin, trabalha muito mais ao nível material. Para Sack, a noção de territorialidade (que ele utiliza de forma muito mais fre-

---

23 Fato, por outro lado, reconhecido pelo próprio Raffestin, pois, "sem a população, ele [o território] se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático (...)" (1993:58).

qüente do que território) é mais limitada: a territorialidade, esta "qualidade necessária" para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais — trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor.

Por outro lado, Sack mantém igualmente uma escala muito ampla de território, que vai do nível pessoal, de uma sala, ao internacional, nunca restringindo-a, como fazem alguns cientistas políticos, ao nível do Estado nação. Tanto Sack quanto Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente distinta daquela difundida pelos biólogos, que a relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento dos animais.

Apesar de Sack reconhecer que a territorialidade é uma "base de poder", não a encara como parte de um instinto, muito menos associa poder exclusivamente com agressividade. Outro aspecto importante é que nem toda relação de poder é "territorial" ou inclui uma territorialidade. A territorialidade humana envolve "o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado", mas ela é "melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada" (p. 1). O uso da territorialidade "depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo". Apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack também reconhece as dimensões econômica ("uso da terra") e cultural ("significação" do espaço) da territorialidade, "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar".

Mais explicitamente, a territorialidade é definida por Sack como "a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território" (1986:6). Enquanto isso, Raffestin, numa visão bem mais ampla, considera territorialidade "o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos" (1988:265).

Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack nos mostra a mobilidade inerente aos territórios, sua relativa flexibilidade. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais. Em alguns momentos, Sack se aproxima de Raffestin; por exemplo, ao afirmar que "a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados" (1986:5). Embora haja efeitos territoriais universais, independentes do contexto histórico, outros são específicos de uma época. Na modernidade, por exemplo, a territorialidade tende a ser mais ubíqua e bastante mutável.

Um local, portanto, pode ser utilizado como um território num momento e não em outro — de forma bem distinta de Raffestin, aqui nem todo espaço socialmente apropriado/dominado se transforma em território, pois:

> *(...) circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde ocorre a cultura do milho ou onde está concentrada a indústria. identi-*

> *fica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria por si mesmo um território. Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso* (Sack, 1986:19).

Aqui

Uma região como o "Cinturão do Milho", nos Estados Unidos somente se torna um território caso, por exemplo, o governo a transforme numa região-programa de investimentos: "neste caso as fronteiras da região estão afetando o acesso aos recursos e ao poder. Elas estão moldando o comportamento e assim o lugar se torna território" (1986:19).

O autor reconhece também a existência de diversos níveis de territorialidade, conforme os diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações, ou seja, seus níveis de permeabilidade, desde uma prisão de segurança máxima quase "impermeável" até a sala de espera de uma estação de trem, dia e noite acessível ao público.

Sack reconhece três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade:

— a territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos aqui de territórios-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios-rede ou de lógica reticular);

— a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira ("uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão" [1986:21]);

— a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior (1986:22).

Sintetizando, "a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle" (p. 28). O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização — internamente a este território, e de classificação — na relação com outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como "iguais", tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.

Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. Voltaremos a este ponto mais à frente.

Enquanto os "primitivos" usavam a territorialidade para delimitar e defender a terra como abrigo e como fonte de recursos (mas raramente utilizando-a para definir a si próprios, ressalta um pouco apressadamente o autor), no mundo moderno a competição acirrada se dá ora sobre o próprio espaço (na expansão colonial, por exemplo), ora sobre as coisas e relações efetivadas neste espaço. O Estado nação surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle do acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Toda existência "legal" dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional.

É importante lembrar que, mesmo enfatizando sempre o território como instrumento concreto de poder, Sack não ignora sua dimensão simbólica. Ele não ignora o papel da cultura na definição da territorialidade, especialmente ao comparar os contextos sociais do Primeiro e do Terceiro Mundos. Pede cautela contra a total associação de mudanças territoriais com mudanças econômicas e

políticas. "Assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica", afirma ele, "elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra."

Assim, mesmo na sociedade norte-americana são criadas "paisagens históricas" que fortalecem a idéia de pátria e de nação e o cotidiano das pessoas não envolve apenas um "espaço esvaziável", "frio e abstrato", onde o próprio ato de consumir "propõe criar contextos de afeto e significação". Em síntese, "a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado" (p. 219).

Tal como em Raffestin, trata-se aqui de uma visão ampliada de poder que apreende, pelo menos de um modo indireto, a concepção de poder simbólico na ótica de Bourdieu (1989). Entretanto, esta relação, digamos, indireta, entre poder num sentido mais material e poder num sentido simbólico, envolvendo a chamada "semiosfera" ou esfera da produção de significados, aparece de maneira mais explícita em Raffestin (1988). Este autor se refere a uma modernidade mais "temporalizada" do que "espacializada" onde "o território concreto tornou-se menos significativo do que o território informacional em matéria de territorialidade" (p. 183). Raffestin não vê uma "materialidade neutra", mas mergulhada em nossos sistemas de significação:

> *O território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera* (p. 177). *(...) O acesso ou o não-acesso à informação comanda o processo de territorialização, desterritorialização das sociedades* (p. 272). *É a teoria da comunicação que comanda nos nossos dias a ecogênese territorial e o processo de T-D-R* (p. 182).

Esta discussão que muitas vezes contrapõe uma dimensão material e uma dimensão imaterial do território é muito relevante. Podemos dizer que há duas leituras possíveis: primeiro, dentro da esfera ontológica, entre aqueles que admitem uma existência efetiva do território — seja na visão materialista de um espaço geográfico concreto, empiricamente delimitável, seja na visão idealista de território como representação presente na consciência de determinada cultura ou grupo social; segundo, numa perspectiva epistemológica, entre os que promovem a noção de território, basicamente enquanto instrumento analítico para o conhecimento[24]. Neste caso, é claro, o território não é "a" realidade, não podendo ser delimitado nem no "terreno", materialmente falando, nem na "cultura", em sua realidade simbólica. Constitui-se apenas num apoio ou instrumento, ainda que indispensável, utilizado pelo geógrafo no caminho de entendimento da realidade (como na abordagem de região proposta por Hartshorne, 1939).

No nosso ponto de vista, o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica (como nas primeiras perspectivas lablacheanas de região), nem como um mero instrumento analítico ou conceito (geralmente *a priori*) elaborado pelo pesquisador. Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da "imaginação geográfica" dos indivíduos.

Mesmo se focalizarmos nossa análise sobre essas "invenções" ou representações espaciais, elas também são instrumentos/estra-

[24] Lévy (Lévy e Lussault, 2003) fala da "opção epistemológica" como uma das nove definições possíveis de território: "procura-se aqui distinguir o real do conceito. O 'território' corresponde ao espaço socializado, ao 'espaço geográfico', à construção intelectual que permite pensá-lo. O objetivo é ao mesmo tempo o de afirmar o caráter social do objeto e de evitar confundir o real com o discurso que tenta construir a inteligibilidade" (Lévy e Lussault, 2003:907).

tégias de poder, na medida em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais (de poder, portanto) em função das imagens que temos da "realidade". Como afirma Raffestin:

> *(...) a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. Uma imagem, um guia de ação, que tomou as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos* (1993:145).

Há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão material, mais objetiva. Trata-se de um dos principais argumentos em favor dos processos ditos de desterritorialização, como se o território e, por extensão, o próprio poder que o envolve, pudessem ser definidos única e exclusivamente pela sua dimensão mais concreta.

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Não se trata apenas de que estamos, genericamente, "agindo mais sobre as imagens, os simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos", como afirma Raffestin. A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

De qualquer forma, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas

uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e "objetificado"[25]. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Criar novos recortes territoriais — novos Estados ou municípios, por exemplo, é ao mesmo tempo um ato de poder no sentido mais concreto e o reconhecimento e/ou a criação de novas referências espaciais de representação social. Pode-se, com um novo recorte ou "fronteira", legitimar certas identificações sociais previamente existentes ou, o que é mais comum, ao mesmo tempo criar ou fortalecer outras. Como todo processo de representação territorial é altamente seletivo, somente alguns espaços serão "representativos" da(s) identidade(s) que eles ajudam a produzir ou reforçar.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder,* resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos.

Por isso, com base na distinção entre domínio e apropriação do espaço de Lefebvre (1986), propusemos que:

---

[25] Para uma rica análise das concepções de poder e sua relação com o espaço, a Geografia, ver Allen, 2003.

AQUISIÇÃO PROGRAMA INSTITUTOS DO MILÊNIO - CNPq

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]*: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos* (Haesbaert, 1997:42).

Lefebvre (1986) caracteriza a dominação do espaço a partir da transformação técnica, prática, sobre a natureza. Segundo ele, para dominar um espaço, especialmente na sociedade moderna, em geral a técnica impõe formas retilíneas, geométricas, "brutalizando" a paisagem. A dominação, que nasce com o poder político, vai cada vez mais se aperfeiçoando. Mas o conceito de dominação só adquire sentido quando contraposto, de forma dialética, ao conceito de apropriação — distinção que o próprio Marx, apesar de haver diferenciado apropriação de propriedade, não teria definido com clareza.

Com relação à *apropriação* do espaço, Lefebvre afirma:

De um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria *dele. A possessão (propriedade) não foi senão uma condição e mais freqüentemente um desvio desta atividade "apropriativa" que alcança seu ápice na obra de arte. Um espaço* apropriado *assemelha-se a uma obra de arte, o que não significa que seja seu simulacro* (p. 192, destaques do autor).

Em outro momento, a relação entre apropriação e dimensão simbólica fica ainda mais evidente quando Lefebvre se refere aos espaços mais efetivamente "apropriados" como aqueles ocupados por símbolos: "(...) os jardins e os parques que simbolizam a natureza absoluta, ou os edifícios religiosos que simbolizam o poder e o saber, ou seja, o absoluto puro e simples" (1986:423).

Ao longo de *La Production de l'Espace*, encontramos várias associações entre dominação e apropriação e outros binômios, como quantidade e qualidade, diferença induzida e diferença produzida, Logos e Eros (desejo) e, especialmente, troca e uso. Sobre estes últimos, Lefebvre comenta:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipularam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, *aquele dos usuários, tempo diverso e complexo* (Lefebvre, 1986:411-412, destaque do autor).

Outra luta acirrada é identificada pelo autor entre as forças racionalizadoras do "Logos", vinculado à dominação, e as forças mais subjetivas do "Eros", vinculado à apropriação. Enquanto o Logos "inventoria, classifica", associando saber e poder, Eros ou "o grande desejo nietzschiano" tenta superar as separações entre obra e produto, repetitivo e diferencial, necessidade e desejo. Do lado do Logos se apresentam as forças que visam controlar e dominar o espaço: "a empresa e o Estado, as instituições e a família, o *estabelecimento* e a ordem estabelecida, as corporações e os corpos constituídos". Do lado de Eros estão "as forças que tentam a apropriação do espaço: as diversas formas de autogestão das unidades territoriais e produtivas, as comunidades, as elites que querem mudar a vida e que tentam sobrepujar as instituições políticas e os partidos" (p. 451) e que se colocam francamente ao lado da idéia de criação de contra-espaços efetivamente autônomos.

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou

"cultural-simbólica". Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode "territorializar-se" através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os "seus" espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades.

Para Lefebvre, dominação e apropriação do espaço deveriam andar juntas, "mas a história (aquela da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição. Quem vence é o *dominante*" (1986:193). Embora inicialmente tenha havido apropriação sem dominação, gradativamente, com o papel crescente dos exércitos, da guerra e do poder político do Estado, aumentam as contradições e os conflitos entre esses dois processos, e é a dominação que finalmente se impõe, reduzindo drasticamente os espaços efetivamente "apropriados". Assim, de acordo com o grupo e/ou a classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo.

O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o do Estado nação, não implica menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido.

Mesmo se privilegiarmos a definição mais estrita de Sack, do território como controle de processos sociais pelo controle da acessibilidade através do espaço, é imprescindível verificar o quanto este "controle" muda de configuração e de sentido ao longo do tempo. Enquanto nas sociedades modernas "clássicas", ou sociedades disciplinares, como afirmou Foucault, dominavam os territórios-zona que implicavam a dominação de áreas (a expansão

imperialista pelo mundo até "fechar" o mapa-múndi em termos de um grande mosaico estatal é o exemplo de maior amplitude), o que vemos hoje é a importância de exercer controle sobre fluxos, redes, conexões (a "sociedade de controle" tal como denominada por Deleuze, que focalizaremos no Capítulo 6).

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo "poder" sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de "dominação" e "apropriação" ao mesmo tempo. O que seria fundamental "controlar" em termos espaciais para construir nossos territórios no mundo contemporâneo? Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível dominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

Voltemo-nos então para a especificidade histórica do território e, mais propriamente, da territorialidade contemporânea, onde, afirma-se, estão proliferando mais os processos de desterritorialização do que de (re)territorialização. O que mudou em relação ao mundo moderno e em relação às sociedades mais tradicionais? Haveria, afinal, uma "desterritorialização pós-moderna" a superar a "territorialização moderna", ou seria mais propriamente uma nova forma de territorialização, convivendo lado a lado com diversas outras formas, distintas e historicamente cumulativas?

Uma das propostas mais interessantes é aquela que coloca a possibilidade, hoje, da construção de territórios no e pelo movimento, "territórios-rede" descontínuos e sobrepostos, superando em parte a lógica político-territorial zonal mais exclusivista do

mundo moderno. As propostas inovadoras de território e de desterritorialização na filosofia de Deleuze e Guattari, apesar das restrições que fazemos à sua fundamentação pós-estruturalista e às vezes excessiva abrangência de suas conceituações, podem trazer algumas pistas para a articulação dessas novas leituras.

3

Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari[1]

> *(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.*
> *(Deleuze no vídeo* "L'abécédaire de Gilles Deleuze", *filmado em 1988 por Claire Parnet.)*

Falar em desterritorialização leva obrigatoriamente à obra dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Como afirma Deleuze nesta citação introdutória, eles precisaram inventar uma "palavra bárbara" para identificar um processo com "pretensão nova", a entrada e saída do território. Embora tenhamos dúvidas se foram eles, efetivamente, os "inven-

[1] Uma versão prévia e resumida deste capítulo foi publicada originalmente como artigo (Haesbaert, R. e Bruce, G. [2002]. "A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari." *Revista Geographia*, nº 7, Niterói), juntamente com o geógrafo Glauco Bruce, com quem compartilho a autoria e a quem agradeço a imprescindível contribuição.